

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2009
(Do Sr. Gustavo Fruet)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia sobre o pagamento de *royalties* para o Estado do Paraná.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, requiero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia sobre o pagamento de *royalties*:

1. Quanto o Estado do Paraná e os seus municípios receberam de *royalties* pela exploração de petróleo e gás entre 2008 e 2009, especificando os poços;
2. Quanto à matéria, abaixo, se houve alteração de valores pagos aos municípios pela própria Agência ou após a consultoria da empresa mencionada;
3. Se a diferença apontada nos pagamentos deve-se a conflito de interpretação na Legislação, registrando na matéria que “*como os critérios de distribuição não são muito claros, os municípios estão em briga constante para aumentar sua fatia do bolo*” e
4. Relacionar os municípios objeto da investigação e os valores originais e os valores efetivamente pagos.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo é verificar dados referentes ao Paraná e quais aperfeiçoamentos podem ser implantados na legislação para diminuir conflitos e incertezas, independente da investigação de caso concreto, objeto de outros procedimentos.

A Revista Veja, na edição de 12 de abril de 2009, publicou:

Royalties sob suspeita

A Polícia Federal investiga denúncias de tráfico de influência no sistema de distribuição de recursos comandado pela Agência Nacional do Petróleo.

A Agência Nacional do Petróleo se viu, na semana passada, no centro de uma constrangedora história que envolve o sistema de pagamento de *royalties*, recursos a que têm direito estados e municípios situados em áreas de exploração petrolífera. Um inquérito da superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro apura denúncias de desvios na definição do valor desses *royalties*, que somam 11 bilhões de reais por ano. Como os critérios de distribuição não são muito claros, os municípios estão em briga constante para aumentar sua fatia do bolo. Um dos casos que motivaram a investigação teve lugar em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. A prefeitura contratou a empresa de consultoria Petrobonus para tentar aumentar o valor dos *royalties* destinados ao município. Angra conseguiu o que queria, levando com ela nove outros municípios que fizeram valer junto à ANP suas justificativas para aumentar sua cota de *royalties*. Essa taxa de sucesso chamou a atenção da Polícia Federal. O inquérito sugere uma razão para isso: tráfico de influência. A Petrobonus tem em seus quadros quatro ex-funcionários da ANP. Entre eles está Newton Brito Simão, que trabalhava diretamente com Victor Martins, diretor da ANP e irmão do ministro da Comunicação Social, Franklin Martins. E quem deu aval ao pleito e o encaminhou à reunião da diretoria da agência? Victor Martins, no dia 21 de maio de 2007.

Sala das Sessões, em de abril de 2009.

Deputado GUSTAVO FRUET